



O Decreto nº 10.239/2020 fere as determinações da Lei nº 13.844/2019, por excluir o Conselho Nacional da Amazônia Legal da estrutura do MMA. Somente uma nova lei pode transferir esse Conselho de um órgão para outro.

Conclui-se que o Presidente da República extrapolou seu poder regulamentar, cabendo ao Congresso Nacional sustar o Decreto nº 10.239/2020, em cumprimento ao disposto no art. 49, V, da Constituição Federal.

Em vista desses argumentos, contamos com o apoio dos nobres pares, para a aprovação deste projeto de decreto legislativo.

Sala das Sessões, em        de        de 2020.

Deputado JOSÉ GUIMARÃES